



A VULNERABILIDADE INFANTIL NOS ESPAÇOS URBANOS DA REGIÃO DO GLICÉRIO EM SÃO PAULO

Autores:

Daniela Getlinger - Universidade Presbiteriana Mackenzie - daniela.getlinger@mackenzie.br
Julio Luiz Vieira - Universidade Presbiteriana Mackenzie - julio.vieira@mackenzie.br

Resumo:

Este artigo problematiza as condições de moradia das crianças nos cortiços do Glicério, bairro localizado numa área central e degradada da cidade de São Paulo. Apesar da crítica situação ambiental e do alto valor do aluguel para a moradia, observa-se o constante incremento da população do bairro, resultado de frequentes deslocamentos migratórios. As precárias condições de habitabilidade da área se intensificam, sobretudo para as crianças moradoras dos inúmeros cortiços locais. Busca-se aqui identificar e analisar áreas urbanas vulneráveis para as crianças, procedendo-se a um percurso de observação da área, registros fotográficos e análises espaciais. Observou-se que as críticas condições ambientais dessas áreas, no que diz respeito à conservação e à adequação de uso para lazer e jogos infantis, não impediu, no entanto, o uso intenso que delas se faz cotidianamente, caracterizando um quadro de grande vulnerabilidade urbana para as crianças no bairro.

A VULNERABILIDADE INFANTIL NOS ESPAÇOS URBANOS DA REGIÃO DO GLICÉRIO EM SÃO PAULO.

RESUMO

Este artigo problematiza as condições de moradia das crianças nos cortiços do Glicério, bairro localizado numa área central e degradada da cidade de São Paulo. Apesar da crítica situação ambiental e do alto valor do aluguel para a moradia, observa-se o constante incremento da população do bairro, resultado de frequentes deslocamentos migratórios. As precárias condições de habitabilidade da área se intensificam, sobretudo para as crianças moradoras dos inúmeros cortiços locais. Busca-se aqui identificar e analisar áreas urbanas vulneráveis para as crianças, procedendo-se a um percurso de observação da área, registros fotográficos e análises espaciais. Observou-se que as críticas condições ambientais dessas áreas, no que diz respeito à conservação e à adequação de uso para lazer e jogos infantis, não impediu, no entanto, o uso intenso que delas se faz cotidianamente, caracterizando um quadro de grande vulnerabilidade urbana para as crianças no bairro.

INTRODUÇÃO: O GLICÉRIO

Com área aproximada de 4,0 km², a região do Glicério, inserida nos bairros da Liberdade e Sé, zona central de São Paulo, tem em suas proximidades pontos referenciais da capital – o turístico bairro oriental e a praça da Sé, “marco zero” de São Paulo – assim como a linha norte-sul do metrô e vias estruturais da cidade, o que a faz bem servida de infraestrutura de fluxo e variedade de meios de transporte coletivo. O Glicério, no entanto, distancia-se da realidade que o cerca, por expor a negligência e o descaso do poder público e de seus moradores em relação à deterioração urbana, refletidos na vulnerabilidade e na insegurança do território. Apesar das vantagens presentes na região, não encontradas em outros pontos da cidade, como acesso à infraestrutura básica, equipamentos de saúde, de educação e oferta de emprego, a qualidade de vida no Glicério é prejudicada pela precária condição de habitabilidade de suas construções e do espaço público.

O reconhecimento de seus limites se dá por características específicas da região: as vilas operárias, as habitações encortiçadas, a precariedade ambiental dos poucos espaços públicos existentes na área, a grande densidade populacional, a presença marcante dos imigrantes, responsável pela mistura de línguas de diversas partes do mundo. O expressivo contingente populacional do bairro, resultado de deslocamentos migratórios e da frequente chegada de imigrantes, agrava ainda mais as condições de habitabilidade da área, afetando, sobretudo, as crianças moradoras dos inúmeros cortiços locais.

A área onde se localiza o Glicério, conhecida como Várzea do Carmo, era inicialmente pouco valorizada devido às enchentes provocadas pelo rio Tamanduateí. Com a retificação

do rio e a construção de um trecho da linha férrea Santos-Jundiaí sobre a Várzea do Carmo (1867), as grandes áreas planas e alagadiças foram usadas para a instalação de algumas das mais importantes indústrias paulistas, ao longo de toda a extensão urbana do rio.

Para atender à crescente demanda de moradia para os operários das indústrias que se instalavam na região do Glicério, investidores privados iniciaram a construção de várias vilas e conjuntos de casas e sobrados para locação, processo que perdurou até a década de 1940.



Figura 1: Vila Suíça – conjunto de casas populares localizado nas imediações da Baixada do Glicério, tal como se apresentava em 1978. Foto: Hugo Segawa. Acervo Sempla.

Com a Lei do Inquilinato de 1942, que visava a regulamentação dos valores de locação dos imóveis, foram congelados todos os aluguéis residenciais nos valores de dezembro de 1941. Entretanto, o que deveria ter vigência de dois anos, foi sucessivamente renovado ao longo de duas décadas, sofrendo várias modificações até 1964, o que desestimulou os interesses rentistas, acarretando despejos e cancelamentos de contratos, e levou ao encortiçamento das unidades habitacionais localizadas nas áreas centrais da cidade (BONDUKI, 2011). Embora não fossem bem-vindos e nem bem-vistos pelas autoridades, os cortiços – propriedades particulares exploradas por meio de aluguel – se tornaram a opção de moradia mais viável e recorrente da parcela mais pobre da população nas áreas centrais da cidade (LOPEZ et al., 2010).

Ainda que uma parte significativa da população paulistana viva em condições de grande precariedade social, em que aproximadamente um milhão de crianças de 0 a 6 anos de idade estejam em situação de extrema desigualdade¹, a conscientização para a vulnerabilidade infantil no meio urbano de regiões carentes de São Paulo se mostra

¹ Mapa da Desigualdade Primeira Infância (2017) e Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo (2013).

necessária e urgente a todos que habitam a cidade, e a discussão a respeito dos meios e estratégias para evitar sua causa e mitigar seus efeitos é de grande importância, sobretudo para arquitetos, urbanistas, professores e estudantes de arquitetura.

O presente artigo busca dar visibilidade à precária condição de habitabilidade nos cortiços e à vulnerabilidade dos espaços públicos existentes no Glicério. Para tanto, será apresentado um relato das condições de moradia dessas habitações e um mapeamento desses cortiços. A identificação de áreas urbanas vulneráveis para as crianças no Glicério será também objetivada, proporcionada por um percurso de observação da área e registros fotográficos. Uma dessas áreas, a praça Ministro Costa Manso, será objeto de uma análise mais elaborada, com o objetivo de evidenciar suas características espaciais, de uso e apropriação pelas crianças locais.

A INFÂNCIA NO GLICÉRIO E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

Para atendimento da crescente demanda por moradia popular e da garantia da rentabilidade das propriedades exploradas por meio de aluguel no Glicério, as vilas operárias, ao longo dos anos, foram sendo adaptadas e subdivididas em pequenos e inúmeros cômodos. Diferentes ambientes foram modificados para acomodar famílias inteiras; os porões das casas foram sendo aproveitados também como moradia e cômodos adicionais foram construídos nos recuos laterais e de fundo, ocupando-se todos os espaços possíveis, com exceção das circulações. Assim, onde antes residia uma única família, abrigavam-se várias, e diferentes funções, como cozinhar, dormir, assistir televisão, eram realizadas em um único cômodo. Tanques de lavar roupas, pias e banheiros passaram a ser compartilhados por vários moradores. Com o tempo, as vilas encortiçadas começaram a ser reconhecidas pela baixa qualidade das condições de moradia – ventilação e iluminação inadequadas, pequena dimensão dos aposentos, superlotação, falta de privacidade, número reduzido de banheiros coletivos, falta de manutenção por parte de seus proprietários –, entre outros problemas sociais e ambientais.

Ainda hoje, a alta densidade da área² e a garantia do anonimato para a locação dos cômodos fazem com que a ocupação seja intensa e permanente, apesar do alto custo dos aluguéis, que variam em função do número de pessoas por cômodo e da disponibilidade das instalações sanitárias nos imóveis. A falta de exigência de documentação para a locação de cômodos nos cortiços favorece a clandestinidade entre a população local, facilitando o assentamento de traficantes de drogas e criminosos procurados pela polícia.

² A densidade da prefeitura regional da Sé é 16.454 hab/km². Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. acesso em 09/ 2018.



Figura 2: Vilas e conjuntos de casas construídas para locação, subdivididas para acomodar um número cada vez maior de moradores, em condições que se deterioravam em função da densidade. Fonte: LOPEZ *et al*, 2010

Figura 3: Cartaz com oferta de aluguel de quarto com banheiro, em vila operária subdividida. Fonte: autores.

Segundo Bartlett (1999), um quadro de precariedade habitacional, com superlotação e carência de serviços e segurança nas vizinhanças, é particularmente nocivo para crianças e adolescentes. De acordo com a autora, questões de saúde, emocionais e de bem-estar, assim como a qualidade dos espaços públicos e a violência urbana atingem particularmente as crianças, que são mais vulneráveis às questões ambientais e mais suscetíveis a serem afetadas de forma permanente.

Uma das principais causas de mortalidade entre crianças e adolescentes em cidades do Sul Global são doenças respiratórias, que estão relacionadas, em parte, às condições de habitabilidade dos espaços de moradia. Como os cortiços são, em geral, antigas moradias unifamiliares que foram convertidas em habitações coletivas, muitos ambientes resultaram sem janelas na subdivisão dos cômodos, portanto, sem ventilação e iluminação natural, comprometendo as condições de salubridade. As condições de saúde nos cortiços estão também relacionadas ao número de moradores por cômodo, às condições sanitárias e ao nível de precariedade das instalações, uma vez que ambientes superlotados e úmidos estimulam a propagação de infecções, aumentando a suscetibilidade a doenças respiratórias (BARTLETT, 1999).

A grande concentração de pessoas e o uso comum de banheiros, pias e tanques de lavar roupa restringem a privacidade familiar e individual, o que gera, em muitas ocasiões, relações tensas entre os moradores em função das filas de espera, do tempo de permanência, do gasto de água e de energia elétrica (KOHARA, 2009).



Figura 4: Criança moradora de cortiço em ambiente sem ventilação e iluminação natural. Fonte: LÓPEZ *et al*, 2010.

Sentimentos de frustração resultantes das precárias condições de habitação já apontadas criam condições para abusos e violência contra crianças, praticados pelos próprios pais. Segundo Bartlett, pesquisas com crianças da classe trabalhadora na Índia relacionam a grande concentração de pessoas morando em espaços exíguos com o comportamento e desempenho escolar das crianças, que apresentam, muitas vezes, dificuldades de relacionamento com pais e cuidadores (BARTLETT, 1999).

No Glicério, a pesquisa realizada por Kohara (2009) constatou que o desempenho escolar das crianças residentes nos cortiços é de fato prejudicado pelas precárias condições de moradia. A utilização de um mesmo cômodo para diferentes funções – cozinhar, assistir televisão, estudar, dormir – impossibilita a privacidade e a individualidade, torna o ambiente inadequado para o descanso e impede a concentração necessária para a execução de tarefas escolares. A falta de privacidade se dá também em relação aos vizinhos, uma vez que, na maioria dos casos, a vedação entre os cômodos alugados é feita de forma precária, com materiais de baixa qualidade.

Outra questão relacionada à moradia nos cortiços, que afeta particularmente as crianças, são os despejos por falta de pagamento, o que resulta na constante mudança de endereço das famílias. Estas ficam desabrigadas, seus bens são perdidos, redes sociais de ajuda são quebradas, a escola é frequentemente interrompida e a criança se vê separada dos amigos e da vizinhança conhecida. A rotatividade da moradia, seja por ação de despejo ou por reintegração de posse, favorece a desestruturação familiar, dificulta a construção de vínculos com a moradia e com o bairro e é uma fonte significativa de stress para muitas crianças.



Figura 5: Um único cômodo é utilizado para diferentes funções. Fonte: LÓPEZ *et al*, 2010.

São Paulo, como outras grandes cidades na América do Sul, tem pouca área verde pública de lazer por pessoa, embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomende um mínimo de 12 m² de área verde por habitante³. A distribuição dessas áreas não é equilibrada, ou seja, as áreas nobres concentram um maior número de praças, parques, áreas de recreação, *playgrounds* e vias verdes, enquanto as áreas menos valorizadas carecem de espaços ao ar livre, de qualidade. A Prefeitura não tem verba para a manutenção de parques e jardins e, nas áreas menos valorizadas, como no Glicério, tais espaços, quando existentes, são sujos, cobertos de mato, com brinquedos quebrados e, em muitos casos, ocupados por moradores de rua.

Embora os espaços públicos das áreas mais precárias da cidade careçam de limpeza, segurança e manutenção adequadas, as crianças que nelas vivem, por falta de opção, se adaptam e brincam nas ruas e praças disponíveis. Em Heliópolis, maior favela de São Paulo, os poucos espaços públicos e áreas verdes existentes carecem de manutenção e de equipamentos adequados para as brincadeiras, no entanto, são amplamente utilizados pelas crianças da comunidade. A brincadeira invade os becos, as vielas e as ruas, onde é intensa a movimentação de carros, motos, bicicletas e transeuntes, em um território dinâmico com um senso de comunidade que já não existe na maior parte da cidade formal (GETLINGER, 2013). No Glicério, impressiona o número de crianças brincando nas áreas públicas quando não estão na escola e, principalmente, nos finais de semana. Uma vez que o espaço de moradia é superlotado e carente de quintais e jardins, a brincadeira e a interação social acontecem do lado de fora dos cortiços.

Como observado por Cosco e Moore (2002), em uma pesquisa realizada em Boca-Baraccas, comunidade carente localizada na área central de Buenos Aires, o número de crianças nas ruas e praças em áreas mais vulneráveis, como no Glicério, contrasta com o

³ Ver: (<https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/area-verde-por-habitante>)

número de crianças e adolescentes que fazem uso do espaço público em áreas mais valorizadas da cidade. Nos bairros de classe média e média-alta, as crianças moram em casas com quintais e jardins, em apartamentos mais espaçosos, em condomínios de prédios e de casas que, em muitos casos, possuem áreas de lazer para os moradores. Muitas dessas crianças têm uma agenda cheia, com compromissos extraescolares e nos finais de semana, frequentam clubes particulares, ou viajam. Já as crianças do Glicério, que vivem com vários familiares em cômodos apertados, usam as calçadas, esquinas, ruas e praças, espaços que podem parecer nada convidativos para alguém de fora, mas que, para quem vive na área, são a extensão da moradia, onde podem interagir com outras crianças e com adultos da comunidade (Cosco e Moore in CHAWLA, 2002).

Desde que haja condições de saúde, segurança e oportunidade, a maioria das crianças engaja-se em brincadeiras – interagem com o entorno através da exploração, manipulação, experimentação e jogos de faz de conta, sozinhas ou em grupos. Brincar é um impulso natural e é fundamental para o desenvolvimento infantil. Isso não quer dizer que crianças necessitam de brinquedos caros, equipamentos ou parques infantis especialmente projetados; são criativas e têm enorme facilidade em se estimular com o que encontram. Portanto, mesmo áreas pobres das cidades podem conter objetos estimulantes e ser ambientes propícios para a exploração infantil. De acordo com Bartlett (1999), experiências de diferentes países têm demonstrado que, de modo geral, as crianças preferem as oportunidades espontâneas oferecidas por calçadas, ruas, lotes vazios, construções abandonadas, aos espaços projetados especificamente para a brincadeira e para o jogo infantil, desde que o ambiente ofereça condições aceitáveis de segurança (BARTLETT, 1999).

O nível de violência e insegurança de uma vizinhança e a qualidade dos espaços públicos certamente influenciam a interação social. Quando os moradores fazem uso dos espaços comuns, o nível de atividade contribui para a inibição de comportamentos antissociais. Ruas e becos bem iluminados, lugares para sentar e socializar, a presença de vegetação nos parques e praças, a existência de uma variedade de lojas e serviços contribuem para a presença ativa da comunidade, o que torna a vizinhança mais segura e mais habitável. Quando a vida comunitária é inibida por fatores como insegurança e violência, as crianças são particularmente afetadas, por serem privadas da oportunidade da recreação e da interação social, numa fase da vida em que tais atividades são extremamente importantes. Comunidades em que a presença das crianças nos espaços públicos é encorajada tendem a ser lugares mais agradáveis para todos (BARTLETT, 1999).

Durante os anos 2015 e 2016, o projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério levou a cabo diversas sessões e dinâmicas de escuta das crianças, para descobrir o que os moradores de 3 a 11 anos pensavam do bairro. Nele, três ruas do bairro sofreram intervenções para integrar um circuito lúdico, que refletisse o imaginário infantil: asfaltos e muros foram pintados, o mobiliário público foi adaptado e, em alguns casos, virou brinquedo. A iniciativa, que foi finalizada em dezembro de 2016, teve como proposta central a transformação de um bairro considerado violento e degradado em uma comunidade que vive, no seu dia a dia, a expressão da vontade infantil e que encoraja o uso dos espaços públicos. Passada a fase de intervenções do Cidade que Brinca, as vias que integram o circuito – entre elas, a rua Anita Ferraz – nesse bairro carente de áreas verdes e espaços públicos de qualidade, continuam sendo espontaneamente ocupadas pela comunidade como espaço de lazer e de brincadeira⁴.

⁴ Para conhecer mais sobre o programa ‘Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério’, acessar: <http://primeirainfancia.org.br/criancaoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/>



Figura 6: Atividade desenvolvida com as crianças no projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério, realizado pela Cria Cidade, a convite do Programa São Paulo Carinhosa, da prefeitura paulistana, no bairro que dá nome à iniciativa. Fonte: Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério.



Figuras 7 e 8: Crianças brincam na rua Anita Ferraz, fechada para o tráfego de veículos. Fonte: autores

Em outubro de 2017, o núcleo de pesquisa e projeto “Cultura, Cidade, Gênero e Primeira Infância”⁵ escolheu, como uma das áreas de pesquisa, o bairro do Glicério. Algumas características particulares motivaram a escolha: localização central na cidade de São Paulo,

⁵ O núcleo de pesquisa e projeto “Cultura, Cidade, Gênero e Primeira Infância” está abrigado no “Grupo de Pesquisa Arquitetura: Projeto & Pesquisa & Ensino” do programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, através de termo de cooperação técnica estabelecido com o Instituto Brasileira, em projeto apoiado pela Fundação Bernard Van Leer, no âmbito do programa “Urban 95 Challenge”.

alta densidade populacional e nível de precariedade das construções encortiçadas e do espaço público. Para que alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie iniciassem o processo de aproximação e compreensão da real dimensão das problemáticas inerentes de uma realidade próxima do centro e, ao mesmo tempo, tão distante do cotidiano de quem vive nas áreas mais bem estruturadas da cidade, percorreu-se o território, buscando-se uma compreensão sensível, ou seja, “para conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta aos planos dos afetos” (BARROS e KASTRUP in PASSOS et al., 2015, p. 61). Buscava-se com essa atividade mostrar aos alunos o conjunto de situações precárias vividas pelos habitantes do Glicério. Como os cortiços são edificações que foram originalmente utilizadas como moradias unifamiliares, mas que atualmente abrigam dezenas de famílias, diferentemente das favelas e outras moradias precárias, quase não são visíveis na paisagem urbana. Para compreender as condições precárias de infraestrutura, insalubridade e promiscuidade é preciso vivenciar, isto é, ir a campo com os sentidos abertos para a experiência. A atividade incluiu observação, produção de imagens e análises espaciais – prática comum de pesquisa qualitativa nas ciências sociais (PASSOS e BARROS, 2015).

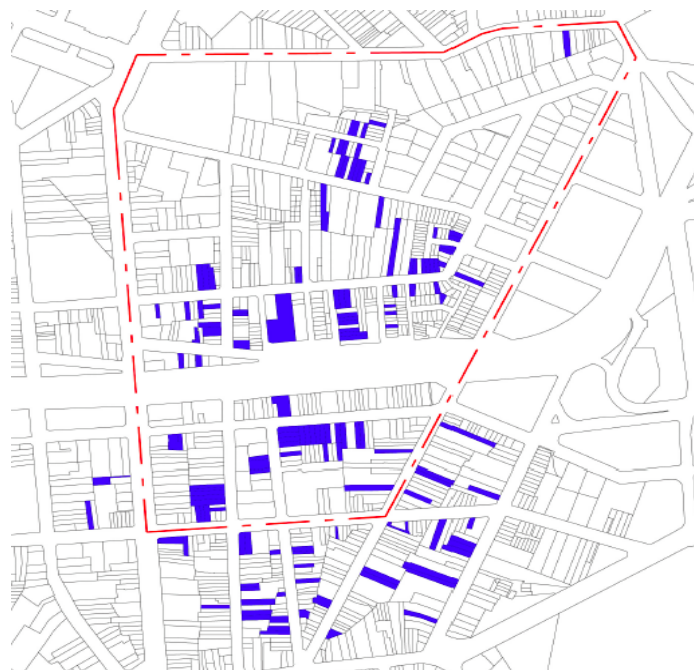


Figura 9: Levantamento de imóveis encortiçados (em azul) realizados pelo Habi-Centro (2016). Base Cartográfica: Mapa Original da Cidade – MDC-2004. Fonte: Relatório realizado pelo Habi-Centro para a Subprefeitura da Sé em abril de 2016

Ao se percorrer as ruas mais degradadas do bairro, atentou-se para a presença marcante de construções de destacado valor histórico em franco estado de deterioração – as vilas operárias encortiçadas. Ao mesmo tempo, pôde-se observar que nessa área da cidade, onde são críticas as condições ambientais quanto à sua conservação e à adequação para lazer e jogos infantis, a vida invade os espaços públicos no fim de tarde e nos finais de semana. Através da vivência, da observação atenta e de registros gráficos e fotográficos, foi possível identificar e mapear áreas amplamente utilizadas pelas crianças moradoras do Glicério, que vivem rotineiramente expostas ao perigo representado pelo trânsito de veículos

e pelo tráfico de drogas, visivelmente presentes no bairro. A rua Anita Ferraz, fechada para o trânsito de veículos, é um dos espaços mais utilizados pelas crianças, embora careça de mobiliário, áreas sombreadas e manutenção adequada. Outro espaço destacável como opção de lazer para crianças na região – a praça Ministro Costa Manso – localiza-se entre as quadras de maior densidade populacional do bairro e constitui-se em um ponto que concentra intensa atividade comercial, trânsito de veículos e circulação de moradores. Por tais características optou-se por essa área como recorte territorial para uma análise espacial localizada, visando identificar deficiências e potencialidades de transformação.



Figura 10: Praça Ministro Costa Manso, uma das poucas opções de lazer para as crianças na região. Fonte: autores

UM ESTUDO DO ESPAÇO NA PRAÇA MINISTRO COSTA MANSO

A praça Ministro Costa Manso, localizada na confluência das ruas Oscar Cintra Gordinho e Helena Zerrenner, é a parte livre de uma quadra maior que se estende até a rua Conde de Sarzedas, uma das mais importantes do bairro (FIG. 12). Em seus arredores localizam-se 32 prédios de habitação popular construídos na década de 1950 por um investidor imobiliário local, com uma população estimada de 11000 hab., aproximadamente (SOUZA, 2017).

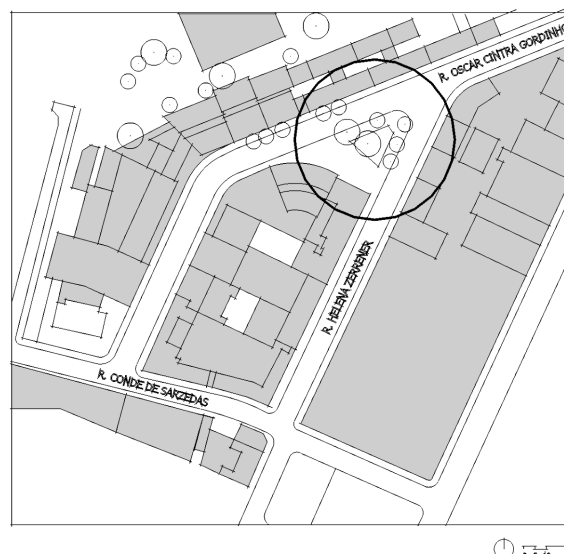


Figura 11: Vista aérea da praça Ministro Costa Manso (esquerda). Fonte: Google.

Figura 12: Planta de localização da praça Ministro Costa Manso (direita). Fonte: autores.

Com seu formato triangular e dimensões reduzidas, a praça destaca-se pela intensidade de seu uso ao longo de todo o dia, não só como opção de lazer, mas principalmente como ambiente de trabalho para a população local, que ali se reúne para trocas de serviços de carretos de mudanças e transportes de mercadorias, o que resulta na presença permanente de veículos no seu perímetro (FIG. 11). Não obstante o uso intenso que se faz desse espaço público, um dos poucos disponíveis na localidade, a praça carece de um ambiente físico adequado às atividades que abriga, ao mesmo tempo que não tem recebido a atenção necessária para a manutenção de suas instalações.

Considerando-se as pequenas dimensões da praça, as porções de verde são adequadas, uma vez que ela é utilizada como opção para o banho de sol diário de muitas crianças acompanhadas de seus pais, e uma massa arbórea excessiva poderia comprometer esse uso (FIGS. 10 e 13). Por contar com uma expressiva projeção de sombra e uso intenso de sua superfície, não apresenta cobertura vegetal. Em seu lugar, apenas uma superfície de terra avermelhada que se espalha por toda a praça, impregnando-se a todos os materiais de pavimentação, não sendo possível a diferenciação visual de seus acabamentos.

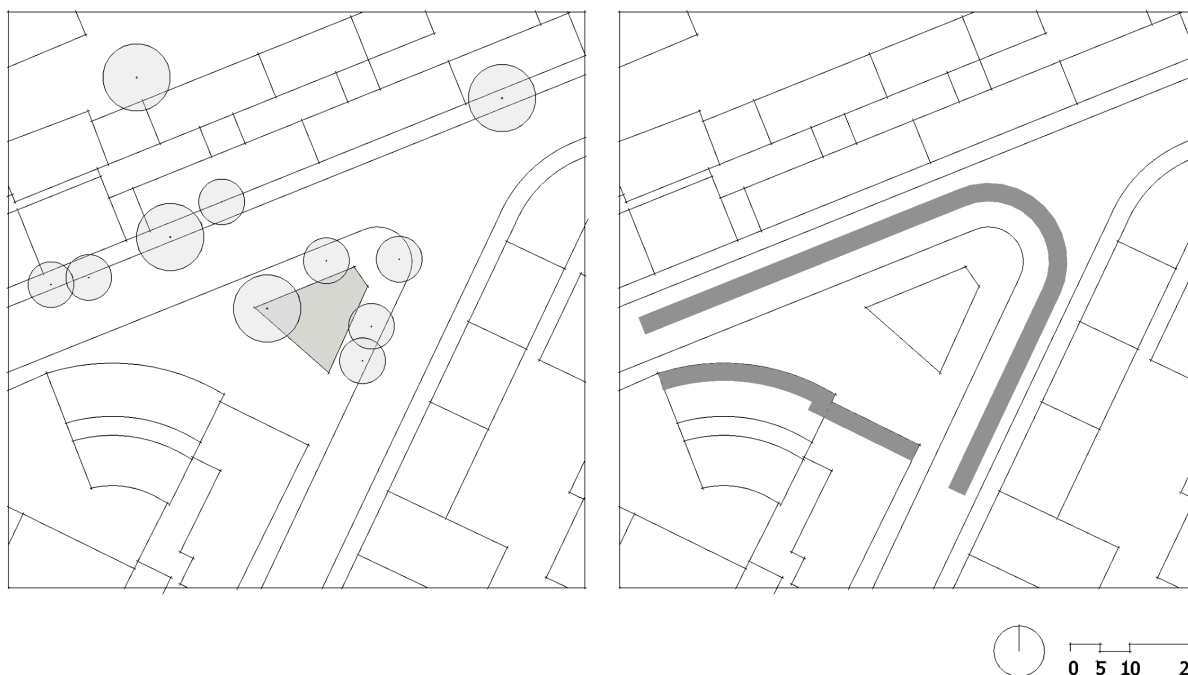


Figura 13: Diagrama de 'vegetação' da praça Ministro Costa Manso (esquerda). Fonte: autores.

Figura 14: Diagrama de 'barreiras' da praça Ministro Costa Manso (direita). Fonte: autores.

O espaço da praça, localizada junto à face sul dos altos edifícios de habitação no seu entorno, conta com pouca iluminação e permanece na penumbra na maior parte do dia. Além disso, os inúmeros veículos estacionados ao redor da praça contribuem para a percepção de um maior confinamento espacial, reduzindo significativamente a permeabilidade física e visual do espaço como um todo (FIGS. 14 e 16).

A permeabilidade é um fator condicionante de qualidade para o espaço público urbano. Será por meio de espaços permeáveis e com usos diversificados que se dará a vitalidade urbana. O trespasse planejado, a diagonal pensada como percurso alternativo, será apenas possível quando não bloqueado pelas barreiras físicas ou, como no caso, pelos veículos estacionados na periferia da praça. Sem permeabilidade espacial perdemos parte de nossa autonomia de mobilidade no ambiente urbano (VIEIRA, 2015).

Para Bentley *et al.* (1985) não apenas a permeabilidade física e visual é imprescindível para a qualidade vivencial dos espaços públicos, mas também um conjunto de propriedades espaciais inter-relacionadas, que serão determinantes na constituição de um 'ambiente ativo'. Entre estas, as que mais se destacam no contexto da praça analisada são a 'variedade', que considera a gama de usos disponíveis nesses espaços; a 'legibilidade', que se relaciona ao entendimento das oportunidades de uso oferecidas pelos espaços; e a 'versatilidade', que é a propriedade que determina o uso diversificado dos espaços públicos. Pode-se verificar que, em todos esses quesitos, a praça Ministro Costa Manso não oferece os estímulos necessários à constituição de um ambiente satisfatoriamente ativo. Os poucos equipamentos de que dispõe para estímulo da permanência e conforto de seus usuários aparentam ser de pouco interesse, sobretudo para as crianças que utilizam o local para jogos e brincadeiras.

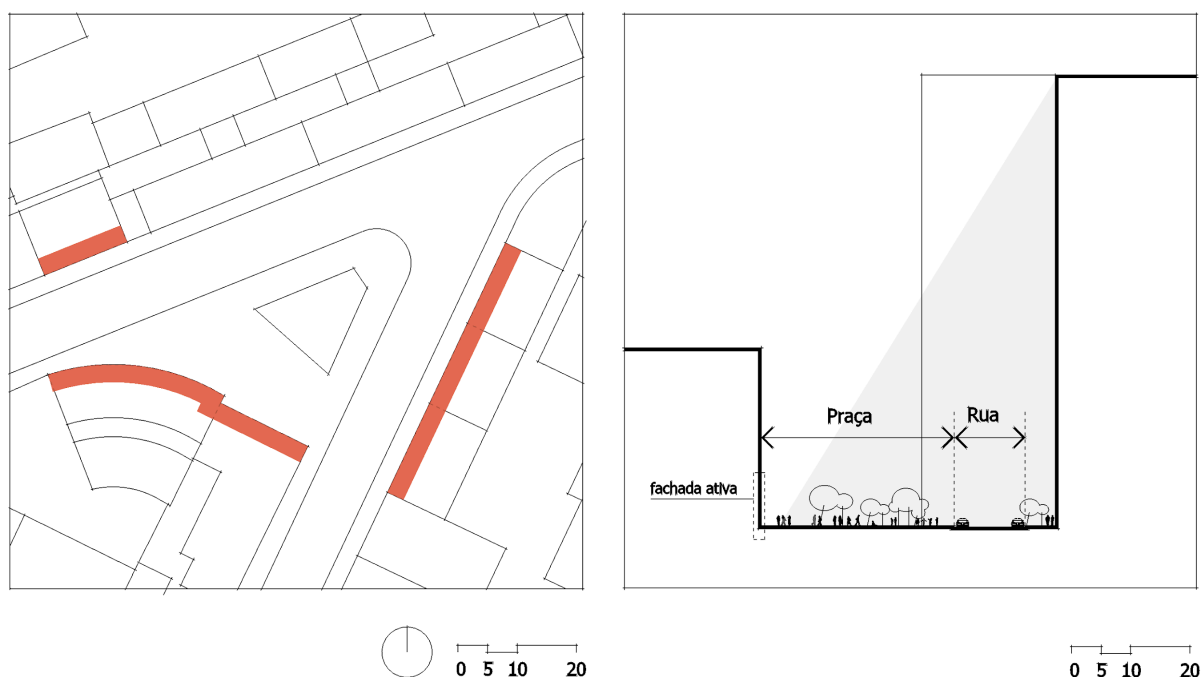


Figura 15: Diagrama de 'fachadas ativas' da praça Ministro Costa Manso (esquerda). Fonte: autores.

Figura 16: Corte esquemático da praça Ministro Costa Manso (direita). Fonte: autores.

Um fator importante na verificação e determinação das condições de sociabilidade associa-se à estrutura física dos espaços em relação às opções oferecidas para acomodação das pessoas, ou seja, a quantidade adequada e a qualidade dos equipamentos públicos, como assentos em geral, equipamentos de ginástica e brinquedos para as crianças, considerados essenciais para estimular a interatividade social. Um espaço precisa de uma estrutura física para acomodar seus usuários, o que significa dizer que não será sociável se não houver instalações adequadas a esse fim (VIEIRA, 2015).

Um aspecto positivo da condição espacial e de uso da praça são as fachadas dos edifícios que a conformam, quando observadas ao nível dos olhos. Uma porção significativa da linha perimetral desses edifícios é composta de um comércio vibrante, que estimula as atividades ao redor praça, ao mesmo tempo que contribui para a segurança de quem usa esses espaços, algo que adquire uma importância singular na região do Glicério, local onde a criminalidade, e conseqüentemente a sensação de insegurança urbana, pode ser percebida publicamente (FIGS. 15 e 16).

Para Karszenberg *et al.* (2015), os 'moradores urbanos' experienciam a cidade a partir de sua 'esfera pública', que tem um significado maior do que aquilo que se entende por 'espaço público', pois consideram também as fachadas dos edifícios e "(...) tudo que pode ser visto ao nível dos olhos". Assim, segundo esses autores, os *plinths* dos edifícios (rodapés, na tradução literal) são essenciais para a atratividade do espaço urbano, ou seja, no atendimento das expectativas de seus usuários em relação à qualidade e à segurança da experiência para as mais diversas atividades urbanas.

Jan Gehl (2011), ao descrever tipos distintos de atividades ao ar livre identificáveis na cidade, define como 'atividades sociais' aquelas que são estimuladas pela presença de outras pessoas nos espaços públicos, em que se incluem as brincadeiras de crianças, as conversas informais, os contatos não planejados e os eventos comunitários de toda natureza. O que se

observa é que a atividade lúdica das crianças na praça Ministro Costa Manso, a despeito das evidentes carências em relação ao ambiente físico, somente se sustenta pela presença marcante de atividades não diretamente relacionadas ao lazer ou relacionadas àquelas atividades espontâneas e não planejadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, percorreu-se uma parte bastante degradada do bairro do Glicério, onde se concentram várias edificações encortiçadas, com o intuito de dar visibilidade à precária condição de habitabilidade nessa região central de São Paulo e conscientizá-los de uma realidade que, embora presente no cotidiano de quem vive nas grandes cidades brasileiras, é pouco abordada no meio acadêmico. Para tanto, foi-se a campo com os sentidos abertos para a experiência, para apresentar as condições de moradia nos cortiços e identificar as áreas vulneráveis onde brincam as crianças do Glicério. Observou-se, nessa experiência, a problemática de quem vive num bairro rico em infraestrutura, com variedade de equipamentos públicos e próximo à oferta de emprego, mas que sustenta moradias em condições insalubres e espaços urbanos inadequados ao lazer da população.

Pode-se observar que o Glicério, hoje, é o retrato de um sistema social excludente, da fragilidade física, social e ambiental que se expressa no encortiçamento e na degradação de seu patrimônio arquitetônico e dos espaços públicos existentes. Ao mesmo tempo, constata-se que é um bairro onde a vida pública invade as ruas, praças e calçadas, apesar das condições insuficientes observadas. Considera-se que a requalificação das áreas mais precárias da cidade é fundamental para a melhora da qualidade de vida das crianças que vivem em casas superlotadas, com baixa habitabilidade, e onde o espaço público oferece pouco estímulo, segurança e contato com a natureza.

A análise espacial, desenvolvida para um espaço público relevante no contexto urbano do Glicério, revelou a existência de uma oportunidade para ações afirmativas no sentido de ampliar e intensificar as possibilidades de apropriação dos espaços públicos no Glicério, com gestão adequada desses espaços e projetos de intervenção urbana inovadores.

REFERÊNCIAS

- BARTLETT, Sheridan. *Children's experience of the physical environment in poor urban settlements and the implications for policy, planning and practice*. Disponível em: http://www.ucl.ac.uk/dpu-projects/21st_Century/resources/papers/documents/bartlett.PDF. Acesso em agosto 2018.
- BENTLEY, Ian.; ALCOCK, Alan.; MURRAIN, Paul.; MCGLYNN, Sue.; SMITH, Graham. *Responsive environments: a manual for designers*. London: Architectural Press, 1985.

- BONDUKI, Nabil. *As origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CHAWLA, Louise. (edição). *Growing up in an Urbanizing World*. Paris/Londres: UNESCO/ Earthscan, 2002.
- GEHL, Jan. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Island Press, 2011.
- GETLINGER, Daniela. *Metodologias Projetuais nos Territórios Informais: Heliópolis*. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013.
- KARSENBERG, Hans; GLASER, Meredith; LAVEN, Jeroen. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- KOHARA, Luiz. *Relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.
- LÓPEZ, Afonso; FRANÇA, Elisabete; COSTA, Keila Prado, (org.). *Cortiços: A experiência de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo - Habitação, 2010.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (org.). *Pistas do método da cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SOUZA, Paula. *Glicério, lugar de todos, terra de ninguém*. Pesquisa desenvolvida no programa de Iniciação Científica da Universidade Presbiteriana Mackenzie com apoio do PIBIC-Mackenzie, 2017.
- VIEIRA, Julio Luiz. *Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial na arquitetura*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.